



EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA
Coordenador

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A SUSTENTABILIDADE

GOVERNANÇA E CONTROLE NO
ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS

6

Tomo 1

Prefácio

Júlio Pinheiro

Área específica da obra
Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Direito Público. Políticas Públicas. Sustentabilidade.
Mudanças Climáticas. Governança. Controle Externo.
Administração Pública. Gestão Pública.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Sustentabilidade. Mudanças
Climáticas. Governança. Controle Externo.
Administração Pública. Gestão Pública

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 3928

A Coleção Fórum IRB tem por objetivo a aproximação da academia e dos grandes escritores da área da gestão pública e do direito aos tribunais de contas, além de lançar reflexões que levem os tribunais a um crescimento conjunto.

O primeiro título da Coleção Fórum IRB foi *Conflitos federativos: esperanças e frustrações em busca de novos caminhos para a solução*, do Professor Doutor Fernando Rezende. O segundo volume da Coleção teve como título *Governança fiscal e sustentabilidade financeira: os reflexos do Pacto Orçamental Europeu em Portugal como exemplos para o Brasil*, do Professor Marcus Abraham. O terceiro volume da coleção Fórum IRB foi escrito por membros dos tribunais de contas, com o título *Tribunal de Contas do século XXI*. O quarto volume da Coleção teve como título *Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do Controle*, resultante de experiências e reflexões acerca de assuntos inerentes à pandemia do coronavírus e ao futuro das instituições de controle. O quinto volume da Coleção abrangeu a temática *Os Tribunais de Contas e as políticas públicas*. E, neste sexto volume da Coleção, membros, servidores e pesquisadores abordaram o tema *Os Tribunais de Contas e a sustentabilidade: governança e controle no enfrentamento das mudanças climáticas*.

T822 Os Tribunais de Contas e a sustentabilidade: governança e controle no enfrentamento das mudanças climáticas / Edilberto Carlos Pontes Lima (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025. (Coleção Fórum IRB, v. 6). t. 1.

469 p. 17x24cm

2 t.

(Coleção Fórum IRB, v. 6)

ISBN da Coleção 978-65-5518-600-0

ISBN impresso 978-65-5518-668-0

ISBN digital 978-65-5518-998-8

1. Políticas públicas. 2. Sustentabilidade. 3. Mudanças climáticas. 4. Governança. 5. Controle externo. 6. Administração Pública. 7. Gestão pública. I. Lima, Edilberto Carlos Pontes. II. Título. III. Série.

CDD: 350

CDU: 351.9:502

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Edilberto Carlos Pontes (coord.). *Os Tribunais de Contas e a sustentabilidade: governança e controle no enfrentamento das mudanças climáticas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 469 p. ISBN 978-65-5518-668-0. (Coleção Fórum IRB, v. 6). t. 1.

Edilberto Carlos Pontes Lima

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Doutor em Economia (Universidade de Brasília). Doutor em Ciências Jurídicas, *Honoris Causa* (Ambram University). Mestre em Economia (Universidade Federal do Ceará). Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University (EUA). Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Presidente do Instituto Rui Barbosa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Júlio Pinheiro.....	15
---------------------	----

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A QUESTÃO AMBIENTAL: UMA INTRODUÇÃO

EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA	17
Os riscos do retrocesso e a urgência da fiscalização ambiental.....	18
Os trabalhos selecionados.....	19

IMPULSIONANDO A SUSTENTABILIDADE: UM *FRAMEWORK* PARA A PRIORIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE TI VERDE NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ANA CAROLINA CHAVES MACHADO DE MORAIS, FAGNER JOSÉ COUTINHO DE MELO, FRANCISCO JOSÉ ALMEIDA DE OLIVEIRA, JOÁS TOMAZ DE AQUINO, RICARDO JORGE VERAS BELTRÃO

1	Introdução	21
2	Fundamentação teórica	23
2.1	Tecnologia da informação	23
2.2	Sustentabilidade	24
2.3	TI verde.....	25
2.4	Modelos multicritério de apoio à decisão.....	27
3	Metodologia	28
4	Resultados	35
4.1	Obtenção dos pesos dos critérios.....	35
4.2	Ordenação das práticas de TI verde no TCE/PE.....	36
5	Considerações finais	41
	Referências.....	42

O RECONHECIMENTO DA ONU ÀS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLE NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA E AS OPORTUNIDADES PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

ANDRÉ DELGADO DE SOUZA, ARLENE COSTA NASCIMENTO, KATRINA NARGUIS.....

1	Introdução	45
2	Transição energética e o enfrentamento das mudanças climáticas	47
2.1	A transição energética para transformar sistemas econômicos e sociais.....	47
2.2	A Política Nacional de Transição Energética	50
3	Atuação do TCU em políticas públicas de energia com impactos climáticos	51
3.1	O TCU e a integração com o sistema de controle externo em prol de aprimoramento das políticas públicas	51
3.2	A auditoria na política pública de transição energética brasileira.....	52
3.3	Outros exemplos de atuação do TCU	54
4	Perspectiva internacional de auditorias na transição energética.....	55
4.1	<i>Benchmarking</i> internacional de auditorias em transição energética	56
4.2	Desafios enfrentados nas auditorias, lições aprendidas e boas práticas.....	58
5	A ONU e o reconhecimento do papel das ISCs na governança climática	59
5.1	Conferências das Partes: fóruns globais para discussão e negociação sobre a ação climática	59
5.2	A Resolução A/79/231 da ONU	60
6	Considerações finais	61
	Referências.....	62

O USO RACIONAL DE RECURSOS E COMBATE AO DESPERDÍCIO COM BASE NOS ODS: UM ESTUDO DE CASO DO TCE/RN

ANTÔNIO GILBERTO DE OLIVEIRA JALES, EVELYN KAROLINE DA SILVA MEDEIROS, HANDSON CLAUDIO DIAS

PIMENTA, MARÍLIA DO SOCORRO DA CUNHA LIMA.....

1	Introdução	65
2	Aporte teórico	67
2.1	Administração Pública	67
2.2	Governança sustentável	67
2.3	Plano de Logística Sustentável	68
2.4	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	68
3	Metodologia	69

4	Resultados	69
5	Conclusão	74
	Referências.....	74

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE DO ACÓRDÃO Nº 1.758/2021-TCU-PLENÁRIO

ARTHUR MARIANO PEIXOTO, RAMON ARAUJO LOJUDICE.....		77
1	Introdução	77
2	A sustentabilidade ambiental como agir constitucional	78
3	O desmatamento na Amazônia Legal	80
4	A atuação do Tribunal de Contas da União para a preservação ambiental – Floresta Amazônica	82
5	Análise do Acórdão nº 1.758/2021 – Desmatamento na Amazônia Legal	85
6	Repercussão da atuação do Tribunal de Contas da União: Acórdão de Relação nº 2.044/2024-TCU-Plenário.....	94
7	Considerações finais	95
	Referências.....	95

O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS ANTE A FISCALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE GOVERNANÇA E ESG E NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

BÁRBARA KRYSTAL MOTTA ALMEIDA REIS		99
1	Governança pública e a sustentabilidade na Administração Pública.....	101
2	Indicadores de governança e ESG: aplicabilidade no setor público.....	102
3	O papel fiscalizatório e educativo dos Tribunais de Contas.....	103
4	Desafios e perspectivas na fiscalização de indicadores de ESG	104
5	Metodologia	104
6	Resultados	105
	Conclusão	106
	Referências.....	107

ATUAÇÃO DO TCE/SP NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIBIANA HELENA FREITAS CAMARGO, GABRIELA GIARDINO COSTA BERNARDINO, LEANDRO LUIS DOS SANTOS DALL’OLIO.....		109
1	Introdução	109
2	Atuação do sistema de controle externo	111
3	A atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	115
3.1	Atividades de fiscalização voltadas ao combate das mudanças climáticas	115
3.1.1	Recorte temático do IEG-M (i-Plan, i-Amb e i-Cidade).....	117
3.2	Capacitação e sensibilização para atuação ambiental.....	120
4	Conclusão	125
	Referências.....	126

O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: FUNDAMENTAÇÃO E EXEMPLOS PRÁTICOS

CAMILA PARENTE ALMEIDA, CLARISSA DE CERQUEIRA PEREIRA, LAIZE BASÍLIO DE MELO.....		127
1	Introdução	127
2	Do poder-dever dos Tribunais de Contas de garantirem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: respaldo normativo.....	128
2.1	Da previsão constitucional e da aplicabilidade de tratados internacionais: a dimensão ambiental do Estado de direito brasileiro, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental e os deveres decorrentes	128
2.2	Dos diversos compromissos diretamente assumidos pelos Tribunais de Contas brasileiros em prol da defesa do meio ambiente.....	130
2.3	Dos custos decorrentes da malversação do meio ambiente.....	132
3	Exemplos de atuação do Tribunal de Contas da União contra as mudanças climáticas: uma nova frente de atuação.....	133
4	Conclusão	136
	Referências.....	137

O DESASTRE AMBIENTAL DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOCIAIS SOB O PRISMA DA OBRA CINEMATOGRAFICA “NÃO OLHE PARA CIMA” (NETFLIX – 2021) E A LACUNA DE PROTEÇÃO NORMATIVA PARA OS DESLOCADOS AMBIENTAIS

CÍNTIA CAMILO MINCOLLA, VINICIUS SILVA.....		141
	Introdução	141
1	O histórico de enchentes no Rio Grande do Sul e a análise do comportamento social: reflexões sob a obra cinematográfica “Não olhe para cima”	142
2	Os impactos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul: reflexões acerca das lacunas das previsões normativas para os deslocados ambientais	146

3	A necessidade de investimentos em políticas públicas: reflexões sobre os danos resultantes das enchentes no Rio Grande do Sul	149
	Considerações finais	152
	Referências.....	153

COMPRAS SUSTENTÁVEIS NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO: MERA FORMALIDADE OU VALOR INSTITUCIONAL?

CLÁUDIO NASCIMENTO SILVA.....	157	
1	Introdução	157
2	Desenvolvimento sustentável e governança	159
3	Compras públicas sustentáveis no Brasil.....	159
4	Formalismo jurídico e cultura organizacional	160
5	Compras sustentáveis como valor público.....	161
6	Compras públicas sustentáveis como resultado de mudança organizacional.....	162
7	Percurso metodológico	163
8	Resultados da pesquisa	164
8.1	Pesquisa e análise da política e da regulamentação de Pernambuco sobre desenvolvimento sustentável	164
8.2	Pesquisa e análise da política e da regulamentação sobre desenvolvimento sustentável no TCE/PE	167
8.3	Pesquisa e análise dos procedimentos de contratação do TCE/PE	170
9	Reflexões sobre os resultados da pesquisa	171
9.1	O início da mudança.....	172
9.2	O período de inércia	173
9.3	A continuidade da mudança	174
9.4	A identificação do percurso da mudança.....	175
10	Considerações finais	176
	Referências.....	177

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CRISTÓVÃO CORRÊA BORBA SOARES, GABRIEL DAMIANOVICH.....	179	
1	Considerações iniciais.....	179
2	O Tribunal de Contas do Município de São Paulo: controle na maior capital do Brasil	182
3	A política de mudanças climáticas em São Paulo.....	187
3.1	O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em perspectiva	187
3.2	Direito ao meio ambiente equilibrado e o direito das mudanças climáticas.....	188
3.3	O direito das mudanças climáticas na Cidade de São Paulo	191
4	O papel do TCM/SP no controle da PMMC: desafios, oportunidades e perspectivas.....	193
5	Conclusão	196
	Referências.....	197

UM ROTEIRO ADAPTADO PARA TRIBUNAIS DE CONTAS E MINISTÉRIOS PÚBLICOS DE CONTAS (T)EC(N)OLÓGICOS E PLANETÁRIOS NO ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E NA CURADORIA DO MEIO AMBIENTE E DA SEGURANÇA CLIMÁTICA

DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA.....	199	
	Considerações iniciais.....	199
1	Estado democrático, social e ecológico de direito	201
2	Propostas para um roteiro adaptado no enfrentamento das emergências climáticas e na curadoria do meio ambiente e da segurança climática	203
3	Tribunais de Contas e Ministérios Públicos de Contas (t)ec(n)ológicos e planetários.....	212
	Considerações finais	216
	Referências.....	218

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROJETOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO DO IDEMA-RN

DANNYELLE DE SOUZA NUNES VASCONCELOS, ANA MÔNICA FERREIRA, IOLANDA RODRIGUES MOURA.....	223	
1	Introdução	223
2	Estratégias comunicativas para o desenvolvimento sustentável: uma análise teórica aplicada ao Idema-RN	226
3	Estratégias metodológicas: um estudo misto sobre comunicação e engajamento.....	228
4	Análise e discussão dos dados	231
5	Considerações finais	242
	Referências.....	243

PANORAMA DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CEARÁ: O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DIEGO ARAUJO DE LIMA, FÁBIO TEIXEIRA GUSMÃO, FRANCISCO ALEXANDRE CORREIA ARRUDA, ITACIR TODERO, JOSÉ WILKER DE FREITAS SALES, RAIMIR HOLANDA FILHO,

RENATA DO NASCIMENTO MARTINS, VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS	245
1 Introdução	245
2 Revisão de literatura	246
2.1 Mudanças climáticas e emissão de gases de efeito estufa (GEE)	246
2.2 Metano e a gestão de resíduos sólidos	247
2.3 A competência dos Tribunais de Contas e atuações na gestão ambiental	249
3 Metodologia	252
3.1 Descrição dos dados	252
3.2 Metodologia	253
4 Resultados e discussão	253
4.1 Panorama Nacional dos Resíduos Sólidos	253
4.2 Situação dos lixões e aterros sanitários no Estado do Ceará	256
4.3 Conformidade dos resultados com a legislação vigente	260
5 Considerações finais	261
Referências	261

INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL: POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNANÇA AMBIENTAL

DIOGO GABRIEL MATOS CAMILO, EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ, MARCOS ANTÔNIO ROCHA SANTOS, ROSÂNGELA SARMENTO SILVA	265
1 Introdução	265
2 A responsabilidade socioambiental e a liderança pelo exemplo	268
3 A importância do planejamento orçamentário para a efetivação das políticas públicas ambientais	274
4 O controle externo das políticas públicas ambientais	276
4.1 Experiências do TCE/SE e do MPC/SE no Estado de Sergipe	277
5 Considerações finais	278
Referências	280

O DESENVOLVIMENTO DO PAINEL DE INDICADORES AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DIRLEI BERSCH, ALBERTO TAVARES PEREIRA JUNIOR, ERALDO APARECIDO TRONDOLI MATRICARDI, JÂNIO CÂNDIDO PORTUGUÊS, JOSÉ SALATIEL RODRIGUES PIRES, JULIANA DA SILVA DE ABREU MOREIRA, MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE, IRAILTON DE LIMA SOUZA, RENATA ALMEIDA TESSARO, RONALD POLANCO RIBEIRO ...	283
1 Introdução	283
2 Concepção do painel de indicadores ambientais	285
3 Desenvolvimento do Painel de Indicadores Ambientais	287
4 Resultados	290
5 Considerações finais	291
Referências	292

OS TRIBUNAIS DE CONTAS COMO INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GERAÇÃO DE VALOR PARA A SOCIEDADE

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER, KARINA RAMOS TRAVAGLIA	295
1 Mudanças climáticas no mundo	295
2 Mudanças climáticas no Brasil	297
3 Tribunais de Contas	298
3.1 Governança interna	298
3.2 Controle externo	300
4 Considerações finais	303
Referências	303

EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS, CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E (IN)SUSTENTABILIDADE FISCAL: O ALTO CUSTO DA OMISSÃO GOVERNAMENTAL NO CONTEXTO DA GESTÃO DA CRISE CLIMÁTICA NO BRASIL

ÉLIDA GRAZIANE PINTO, KARIN KÄSSMAYER	305
1 Introdução	305
2 Sociedade de risco e desastres climáticos	307
3 Políticas climáticas vinculantes e o dever de agir preventivo e tempestivo na gestão de riscos climáticos	311
4 Irregularidade da gestão da transição climática primordialmente por meio de créditos extraordinários	316
5 Considerações finais	320
Referências	322

CONTRIBUIÇÕES À ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

ELISA REBOUÇAS NASCIMENTO, LORHAN HENRIQUE KAVROKOV VIEIRA COSTA, PEDRO RIBEIRO FAGUNDES, TALITA CORRÊA DO NASCIMENTO	325
1 Introdução	325
2 A atuação do Poder Público na crise climática: adaptação, mitigação e desenvolvimento sustentável	326

3	A atuação do Poder Público na gestão de riscos e desastres	329
4	A atuação das Cortes de Contas na crise climática	330
5	Proposta de criação de <i>painéis de adaptação climática</i> pelas Cortes de Contas	334
6	Conclusões.....	336
	Referências.....	337

NOVOS TEMPOS, NOVOS OLHARES: DO LOCAL PARA O GLOBAL. PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES A PARTIR DO OLHAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC)

ELISETE GESSER DELLA GIUSTINA DA CORREGGIO,

MATEUS SOARES GALINDO	341	
1	Introdução	341
2	Breve panorama sobre a educação ambiental.....	344
3	Olhar do TCE/SC aos municípios catarinenses: o campo de pesquisa	348
4	Considerações finais	353
	Referências.....	354

OS DESAFIOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA E A CRISE DA GESTÃO DOS RISCOS

ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER	357
Introdução	357
Os quatro elementos da natureza	358
O mundo em alteração	360
Adaptação e mitigação	362
A mudança climática	363
Conclusão	365
Referências.....	365

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: RETRATO DOS PLANOS DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL COMO MECANISMO INDUTOR DA CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE EXTERNO

EVERALDO LINO ALVES, RAFAEL ACATAUASSÚ FERREIRA, REINALDO ARAÚJO GREGOLDO.....	367	
1	Introdução	367
2	Seção teórica.....	369
2.1	Educação profissional e tecnológica na perspectiva da formação continuada para a classe trabalhadora dos Tribunais de Contas	370
2.2	A relação da educação ambiental com os agentes públicos nos Tribunais de Contas brasileiros	372
2.3	A indução da intencionalidade pedagógica crítica no interior dos Tribunais de Contas para efetivação da educação ambiental junto à sociedade brasileira	378
3	Metodologia	380
3.1	Achados	381
4	Conclusão	384
	Referências.....	386

FISCALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE DEFESA CIVIL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ: O MODELO APLICADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

FERNANDO AQUINO SCALIANTE, GABRIEL GUY LÉGER.....	389	
I	Introdução	389
II	Referencial teórico	390
III	Metodologia	394
IV	Resultados e discussões.....	395
IV.1	Quanto à abordagem do projeto em relação ao jurisdicionado	395
IV.2	Quanto aos critérios de análise das estruturas de defesa civil municipal	397
IV.3	Quanto à seleção dos municípios a serem fiscalizados	401
IV.4	Quanto à execução do projeto de fiscalização.....	402
V	Conclusão	403
	Referências.....	404

CISNES VERDES E O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA GOVERNANÇA PARA O ENFRENTAMENTO DE CRISES CLIMÁTICAS

FRANCISCO GILNEY BEZERRA DE CARVALHO FERREIRA, MARCELO CHELI DE LIMA	407	
1	Introdução	407
2	Cisnes verdes, políticas públicas e o dever estatal de efetiva proteção ao meio ambiente	408
3	Poder público e políticas de precaução a eventos climáticos extremos e imprevisíveis no Brasil.....	411
4	O controle das políticas públicas pelos Tribunais de Contas no combate aos desastres ambientais	414
4.1	Poder Legislativo e a competência dos Tribunais de Contas na fiscalização da gestão dos recursos para o financiamento de políticas públicas em matéria ambiental.....	415

4.2	Análise de casos concretos: o papel dos Tribunais de Contas no controle externo das políticas públicas voltadas ao enfrentamento de eventos climáticos imprevisíveis	416
5	Conclusão	420
	Referências.....	421

ATIVIDADE MINERÁRIA EM MINAS GERAIS E CONTROLE ESTRATÉGICO DE CONTAS PÚBLICAS: GESTÃO DE RISCOS E PREVENÇÃO DE DESASTRES ASSOCIADOS ÀS BARRAGENS DE REJEITOS DA MINERAÇÃO EM TEMPOS DE EFEITOS SEVEROS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

GILBERTO PINTO MONTEIRO DINIZ		423
1	Introdução	423
2	Barragens de mineração	424
3	Mudanças climáticas e seus efeitos nas barragens de mineração	425
4	Casos de rompimento de barragens em Minas Gerais	427
4.1	A tragédia de Mariana.....	427
4.2	A tragédia de Brumadinho	427
5	Função do Tribunal de Contas	430
6	Controle estratégico de contas.....	432
7	Contribuição do Tribunal de Contas para gestão de riscos e prevenção de desastres associados às barragens de rejeitos da mineração.....	433
8	Conclusão	435
	Referências.....	435

A TRAJETÓRIA DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO BRASIL E A RELEVÂNCIA, OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

GUILHERME LUZES RIBEIRO CAETANO		437
1	Introdução	437
2	Revisão histórica das respostas governamentais às mudanças climáticas	439
3	Trajетória da governança climática brasileira	442
4	Relevância, desafios e perspectivas dos Tribunais de Contas no combate às mudanças climáticas	449
5	Considerações finais	452
	Referências.....	453

SOBRE OS AUTORES.....		459
------------------------------	--	------------

Alberto Tavares Pereira Junior

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre, possui ampla experiência na gestão de organizações governamentais, não governamentais e consultorias técnicas voltadas para projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Sua atuação concentra-se nas áreas de florestas e mudanças climáticas, bioeconomia, finanças verdes e serviços ambientais. Exerceu o cargo de Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre (CDSA) entre 2013 e 2018, além de ter sido Gestor de Projetos e Coordenador do Escritório do WWF-Brasil no Acre. Atualmente, é Diretor Executivo da Amazoniar – Bioeconomia e Sustentabilidade Consultoria Ltda., empresa que fundou em 2021, em que também atua como Consultor Sênior.

Ana Carolina Chaves Machado de Moraes

Mestre e graduada em Ciência da Computação pela UFPE. Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas de Pernambuco. Diretora de Tecnologia da Informação – DTI.

Ana Mônica Ferreira

Graduada em Direito pela UFRN. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera Uniderp. Participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior como bolsista CAPES na Universidade do Porto, Portugal. Professora do Departamento de Direito do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professora em licença do Departamento de Direito do *Campus* avançado de Natal – CAN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. *E-mail*: anamonica@uern.br.

André Delgado de Souza

Engenheiro civil e possui mestrado e doutorado em Engenharia pela Universidade Federal de Pernambuco, além de estudos especializados na Universidade Técnica de Berlim. Desde 2008, é auditor do TCU, em que participou de diversas auditorias, em especial no tocante ao setor de energia, incluindo temas como políticas públicas para a inclusão de energias renováveis, crises hidroenergéticas, energia eólica e solar, usina nuclear de Angra 3, política pública de geração distribuída, política tarifária de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, integração de usinas termelétricas na matriz elétrica brasileira, governança do setor elétrico e transição energética. Até 2024, atuou como diretor de fiscalização de políticas públicas e regulação do setor elétrico. Atualmente, atua como assessor na Corregedoria do TCU.

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

Graduado em Geologia pela Universidade de Fortaleza (1986). Tem especialização em Educação Ambiental pela UERN (2002) e em Gestão de Recursos Hídricos pela UFSC (2006). Mestre em Irrigação e Drenagem pela Universidade Federal Rural do Semiárido (2009). Professor da Universidade Potiguar – Campus Mossoró e Natal. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte desde 8.5.2013, atualmente, exerce a atribuição de Corregedor, para o período 2025/2026. Junto à Associação de Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), foi titular da Diretoria de Corregedorias e Ouvidorias, e hoje compõe o quadro da Diretoria como Diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos. Também integra o Instituto Rui Barbosa como Presidente do Comitê de Ouvidorias e Controle Social.

Arlene Costa Nascimento

Engenheira civil, com mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela Universidade de Brasília. Pós-Graduada em Energias Renováveis pela University of Nevada – Reno. MBA em Mercados de Capitais e Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas. Pós-Graduada em Controle Externo da Regulação pelo Instituto Serzedello Corrêa. Participou do Programa Minerva da George Washington University School of Business. Desde 2006, é auditora do TCU, com vasta atuação no controle externo do setor elétrico e mais recentemente nas pautas de desenvolvimento sustentável. Atualmente é titular da Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Arthur Mariano Peixoto

Advogado. Mestre em Direito Internacional Privado, Direito Comparado e Estudos Culturais e Jusfilosóficos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Bacharel em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara – ESDHC.

Bárbara Krysttal Motta Almeida Reis

Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela USP, com pós-graduação em Controle e em Carreiras de Tribunais, Direitos Humanos e Direito Eleitoral. Recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* e cursa MBA em Política Estratégica e Defesa Nacional. Possui formação em Inteligência e Contrateligência Antiterrorismo. Diretora-Geral do Ministério Público de Contas do Paraná. Atuou como Conselheira de Combate à Corrupção, Consultora de Inteligência e Contrateligência, e em diversas funções na Controladoria de São Paulo e na Corregedoria do Estado de São Paulo. Foi membro da Comissão de Relações com o Poder Legislativo da OAB/SP e Conselheira da FIESP. Destaca-se pelo uso de Inteligência Artificial no Setor Público, com prêmios nacionais e internacionais. Também foi Consultora Sênior da KPMG e tem vasta experiência em auditorias governamentais. É escritora e coautora de livros sobre gestão pública e governança.

Bibiana Helena Freitas Camargo

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Graduada em Política e Representação Parlamentar (Cefor/Câmara dos Deputados).

Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Diretora da Escola Paulista de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Doutoranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Camila Parente Almeida

Mestre em Direito pela UFMT. Procuradora e membro da Comissão Permanente de Sustentabilidade do TCM/Rio. Membro do Comitê de Sustentabilidade e Meio Ambiente do IRB. Autora do livro *A Política Nacional de Resíduos Sólidos no Antropoceno: o papel dos Tribunais de Contas na Amazônia Legal*.

Cíntia Camilo Mincolla

Graduada no curso técnico em Segurança do Trabalho Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança, pela Escola Técnica Albert Einstein. Sistema Educacional Gaúcho (SEG). Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Sociedade Brasileira para o Ensino e Pesquisa (SOBRESP) de Santa Maria. Graduanda do curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduanda do curso de Administração da Universidade Norte do Paraná (Unopar). Pesquisadora do projeto intitulado A necessária alteração legislativa, comportamental e de mecanismos atinentes à aplicação das normas de trânsito na sociedade informacional brasileira frente a experiências comparadas, pesquisa financiada pelo Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea) e pelo Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), de acordo com a Chamada Pública PNPD 111/2016, vinculado ao grupo de estudos do Núcleo de Segurança Cidadã – Nusec da Faculdade de Direito de Santa Maria – Fadisma no período de 2017/2018. Participou da Cátedra de Direitos Humanos da Faculdade Metodista de Santa Maria (Fames) no ano de 2015. Linhas de pesquisa: Direito ambiental pelo viés da cultura *pop*, direito dos desastres, sustentabilidade, meio ambiente, *marketing* verde.

Clarissa de Cerqueira Pereira

Mestranda em Direito e Desenvolvimento na Amazônia pela UFPA. Especialista em Direito Tributário e Direito Previdenciário pela Ucam. Bacharel em Direito pela UFPI. Analista Ministerial no MPC/PA.

Cláudio Nascimento Silva

Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Ciências Contábeis pela UFRJ. Profissional que atua há trinta anos em organizações públicas, tendo executado e coordenado atividades e projetos nas áreas de planejamento governamental, orçamento e finanças públicas, controle interno, desenvolvimento organizacional, planejamento e monitoria de contratações, transparência pública, tributação municipal, cooperação internacional e formação profissional, no Brasil e em Moçambique. Há dois anos coordena a Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, onde integra, também, o quadro de docentes da Escola de Contas e Gestão.

Cristóvão Corrêa Borba Soares

Advogado e Mestrando em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Bolsista Capes – Proex (2024/25). Graduado em Direito pela FDUSP (2023). É pesquisador do Laboratório de Governo da FDUSP.

Daniela Zago Gonçalves da Cunda

Pós-Doutoranda na Universidade de São Paulo (USP/EACH), junto ao Grupo de pesquisas SmartCitiesBr. Doutora e Mestre em Direito pela PUCRS. Conselheira-Substituta e Presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade do TCE/RS. Membro do Comitê de Sustentabilidade e Meio Ambiente do IRB (Instituto Rui Barbosa) e do IBDA (Instituto Brasileiro de Direito Administrativo). Autora de obras e artigos nacionais e internacionais sobre gestão pública sustentável e inovadora. Pesquisadora junto ao Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional (que congrega universidades do Brasil, Itália, Espanha e Portugal).

Dannyelle de Souza Nunes Vasconcelos

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Uso Sustentável dos Recursos Naturais do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (PPgUSRN). Especialista em Gestão de Políticas Públicas pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Possui graduação em Comunicação Social – habilitação Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015) e graduação em Comunicação Social – habilitação em Rádio e TV pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009). Atualmente, é assessora de comunicação do Idema-RN, por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Gestão de Crise e Comunicação Pública.

Diego Araujo de Lima

Doutorando e Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste da Universidade Federal do Ceará (Caen/UFC).

Diogo Gabriel Matos Camilo

Auditor de Controle Externo I do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Bacharel em Direito. Especialização em Direito Tributário. Mestrando em Administração Pública pelo Profiap/UFS.

Dirlei Bersch

Engenheira florestal, graduada pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Planejamento e Administração Florestal. MBA em Gestão Empresarial e em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas. Certificada como Facilitadora no Sistema Felicidade Interna Bruta (FIB-Butão e FIB-Felicência) e no curso de extensão da Cátedra Unesco e UnB em Diálogos entre a Psicologia Social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Possui experiência na elaboração, gestão e execução de projetos e captação de recursos; administração pública e privada e gestão da produção, tendo atuado na direção da fábrica de preservativos masculinos de látex natural em Xapuri, Acre. Com atuação e habilidades consolidadas também em liderança e gestão de pessoas, reunindo competências de desenvolvimento de equipes. Atualmente exerce a função de auditora de controle externo na área ambiental do Tribunal de Contas do Estado do Acre, atuando em auditorias operacionais, inspeções e controle de contas públicas, políticas públicas e indicadores ambientais.

Domingos Augusto Taufner

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV.

Edilberto Carlos Pontes Lima

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre na mesma área pela UFC (Caen). Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University (EUA). Na Câmara dos Deputados, foi consultor legislativo da área de Economia, de 2003 a 2007, e consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira, de 1999 a 2003. Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 1996 e 1999, em que também exerceu a função de coordenador adjunto da Coordenação de Finanças Públicas, biênio 1998-1999. Foi professor de instituições como a Universidade de Brasília (UnB), a Fundação Getúlio Vargas (DF), o Instituto Serzedello Corrêa (TCU), o Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor) e Senado Federal (Unilegis). Entre suas obras, estão *Regras fiscais: teoria e evidência* (2005), *Curso de finanças públicas – Uma abordagem contemporânea* (2015). Empossado em 25.10.2007 no cargo de Auditor do TCE Ceará (mediante concurso público), foi escolhido pelo Governador Cid Gomes para a vaga de conselheiro destinada ao quadro de auditores da Corte de Contas, assumindo o cargo em 18.3.2010. Ocupou o cargo de Vice-Presidente de Tecnologia e Informática do Instituto Rui Barbosa (IRB) até dezembro de 2013. Foi Corregedor do TCE Ceará no biênio 2012/2013 e Vice-Presidente da Corte de Contas no biênio 2014/2015. Foi reeleito Presidente do TCE Ceará e Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Rui Barbosa (IRB) para o biênio 2018/2019, tendo exercido os mesmos cargos no biênio 2016/2017. Reeleito Presidente do Instituto Rui Barbosa (biênios 2022/2023 e 2024/2025) e atual Corregedor do TCE Ceará. Autor, entre outros, do livro *Federalismo e democracia em tempos difíceis*, Editora Fórum. 2021.

Eduardo Santos Rolemberg Côrtes

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Processual. Mestre em Direito pelo PPGD/UFSC.

Élida Graziane Pinto

Livre-Docente em Direito Financeiro pela USP. Doutora em Direito Administrativo pela UFMG, com estágio pós-doutoral em Administração pela FGV/RJ. Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Professora da FGV/SP.

Elisa Rebouças Nascimento

Graduada em Economia (UFJF). Pós-Graduada em Direito Administrativo (PUC Minas). Mestranda em Gestão e Políticas Públicas (FGV EAESP IRB-TCs). Auditora de Controle Externo (TCE/SP).

Elisete Gesser Della Giustina Da Correggio

Servidora da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, à disposição do Tribunal de Contas de Santa Catarina, atuando no Instituto de Contas (ICON-TCE/SC). É Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui Mestrado em Sociologia Política pela mesma instituição (2010) e diversas especializações, incluindo em Metodologia do Estudo da História pela Faculdade São Luís (1999), em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999-2000) e em Democracia Participativa e Organizações Populares pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006-2008). É graduada em História (1988) e em Estudos Sociais (1987) pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Profissionalmente, tem experiência na área educacional, atuando como professora horista na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), com ênfase em Educação a Distância (EaD), na vice-coordenação do curso de Gestão de Cooperativas da UnisulVirtual. Professora convidada da Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco e consultora *ad hoc* da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, parecerista técnica sobre os Planos de Gestão da Rede Pública Estadual (2016-2019). Atuação como professora e gestora em Educação na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e como assessora de gabinete na Diretoria de Administração e Finanças da mesma secretaria. Foi secretária executiva do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb/SC, de 2021 a 2024, e atualmente é conselheira do Fundeb/SC, representando a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. *E-mail*: elisete.correggio@tcsc.tc.br.

Eraldo Aparecido Trondoli Matricardi

Engenheiro florestal formado pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Sensoriamento Remoto e Doutor em Geografia pela Universidade de Michigan (USA). Professor associado da Universidade de Brasília. Consultor *ad hoc* da National Science Foundation, da Capes e do MMA-Projeto ARPA. Editor associado da revista *Remote Sensing of Earth System Science* (Springer), desenvolvendo pesquisas em mudanças climáticas, geoprocessamento, sensoriamento remoto e sistema de informação geográfica aplicados ao Planejamento Físico-Rural, Zoneamento Ecológico-Econômico, degradação florestal, incêndios florestais, análises ambientais e às mudanças do uso e cobertura da terra.

Estilac Martins Rodrigues Xavier

Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS) e seu Presidente no biênio 2019-2021. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Foi Secretário-Geral de Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Vereador e Secretário Municipal de Obras e Viação da cidade de Porto Alegre.

Evelyn Karoline da Silva Medeiros

Graduada em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Engenharia Ambiental (UFRN). Atualmente é estagiária do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), atuando na Coordenadoria Sustentabilidade.

Everaldo Lino Alves

Mestre em Gestão Administrativa pela Universidad San Lorenzo. Especialista em Contabilidade Gerencial com ênfase em Auditoria e Perícia Contábil pela Universidade da Amazônia. Licenciado pleno para as disciplinas técnicas do curso de Contabilidade pela Universidade Estadual do Pará. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará. Coordenador de Fiscalização Especializada em Educação no TCM/PA. Exerceu o cargo de professor de ensino superior entre 2011 e 2020. Foi professor de educação básica da rede pública estadual do Pará de 1995 a 2007. Atualmente, é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Fábio Teixeira Gusmão

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodemá – UFC.

Fagner José Coutinho de Melo

Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado da Universidade de Pernambuco. Pesquisador na área de Sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Fernando Aquino Scaliante

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Coordenador do Núcleo de Apoio Estratégico do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná. Graduado em Direito pela Universidade Paulista. Especialização em Direito Administrativo e Gestão Municipal pelo Centro Universitário Toledo. Mestrado em Administração Autárquica pelo Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Mestrado em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Francisco Alexandre Correia Arruda

Doutorando e Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste da Universidade Federal do Ceará (Caen/UFC).

Francisco Gilney Bezerra de Carvalho Ferreira

Doutor em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Direito Público e MBA em Direito Público (FGV). Graduado em Direito pela Unifor. Procurador Federal (AGU). Professor Universitário (Unifametro).

Francisco José Almeida de Oliveira

Bacharel em Ciências da Computação (Unicap). Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas de Pernambuco. Chefe da Gerência de Informação e Apoio Tecnológico (GIAT).

Gabriel Damianovich

Advogado. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), e atualmente mestrando em Direito do Estado na mesma instituição. Integra o Laboratório de Governo da USP (LabGov), desenvolvendo pesquisas sobre infraestrutura e políticas públicas voltadas ao Novo Marco Legal da Mobilidade Urbana.

Gabriel Guy Léger

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para o biênio 2024/2026, sendo que ingressou na instituição em julho de 1998. É Diretor Executivo da Associação Nacional do Ministério Público de Contas – AMPCON, biênio 2025/2026. Foi Procurador da Fazenda Nacional (1993/1998), exerceu advocacia privada (1989/1993). Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba (1988). Possui MBA em Licitações e Contratos Administrativos à Luz da Lei nº 14.133/2021 – Teoria, Controle e Prática (Instituto de Ensino Pólis Civitas, 2024). Fez cursos de especialização na École Nationale de la Magistrature e na École Nationale d'Administration, ambas em Paris, França. Autor de diversos artigos jurídicos publicados em revistas especializadas de direito administrativo e previdenciário. É palestrante, abordando temas da administração, previdência pública, acessibilidade e inclusão.

Gabriela Giardino Costa Bernardino

Formada em Administração pela Faculdade Anchieta. Chefe Técnica de Divisão da Escola Paulista de Contas Públicas do TCE/SP – Presidente Washington Luís. Integrante do Observatório do Futuro do TCE/SP. Ativista da causa animal. Embaixadora da Bancada Vegana e facilitadora da Fala Liberdade Animal em São Paulo.

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Doutor e Mestre em Direito Pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FDUFMG). Especialista em Controle Externo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva e em Licenciatura Plena pelo Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETMG). Conselheiro e Corregedor (biênio 2025/2026) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

Guilherme Luzes Ribeiro Caetano

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – UFF e pós-graduado em Especialização em Finanças pela Universidade Federal Fluminense – UFF. No setor público, atuou como Auditor Fiscal no município de Taboão da Serra (SP) e desde junho de 2021 é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Handson Claudio Dias Pimenta

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). PhD em Sustentabilidade pela Universidade de Cranfield (Reino Unido). Atualmente é professor do Programa de Mestrado Profissional em Uso Sustentável

de Recursos Naturais (PPgUSRN) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Coordenador do Núcleo de Estudos em Sustentabilidade Empresarial (NESE).

Iolanda Rodrigues Moura

Universidade Potiguar.

Irailton de Lima Souza

Sociólogo, graduado pela Universidade Federal do Acre, com extensa experiência em gestão e planejamento do setor público, bem como educação, educação profissional e tecnológica e planejamento do terceiro setor, atuando na elaboração de políticas públicas, planos, programas e projetos, com ênfase nas áreas de educação, educação profissional e tecnológica e saúde. No campo da gestão municipal, possui experiência na coordenação de processos de planejamento estratégico e planejamento operacional de prefeituras. Com habilidades consolidadas também em liderança de pessoas, reunindo competências de desenvolvimento e consolidação de equipes. Capacidade de gerenciar processos, com facilidade na articulação e integração de atores organizacionais. No terceiro setor, reúne experiência no assessoramento de situações de diagnóstico situacional, planos de reestruturação organizacional e planejamento estratégico.

Itacir Todero

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada (URI) de Erechim (RS). Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE. Auditor Substituto de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Jânio Cândido Português

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2004). Especialista em Planejamento e Gerenciamento de Águas pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2010). Especialista em Georreferenciamento de Imóveis Rurais pela Faculdade Barão do Rio Branco – AC (2012). Especialista em Perícia e Auditoria Ambiental pelo Centro Universitário Internacional – PR (2014). Engenheiro de Segurança do Trabalho pela Universidade Candido Mendes – RJ (2016). Desde 2012, é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC).

Joás Tomaz de Aquino

Mestre em Administração (UFPE). Bacharel em Engenharia Civil (IFPE) e Administração (UFPE). Analista Técnico em Gestão Universitária na Universidade de Pernambuco (UPE).

José Salatiel Rodrigues Pires

Graduado em Ecologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor titular do Departamento de Ecologia e Zoologia da Universidade Federal de Santa Catarina, alocado no Laboratório de Mamíferos Aquáticos (Lamaq/UFSC). Possui foco em pesquisas e análise em Planejamento Ambiental voltados à Conservação da Biodiversidade e ampla experiência na área ambiental.

José Wilker de Freitas Sales

Doutorando em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da Universidade de São Paulo (USP).

Juliana da Silva de Abreu Moreira

Graduada em Ciências Biológicas e Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso. MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo realizado em parceria com TCE/AC e Infoco. Especialista em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Acre. Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), com atuação na área ambiental.

Karin Käsmayer

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, com doutorado sanduíche na Universidade de Tübingen, Alemanha. Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR. Consultora legislativa do Senado Federal na área de meio ambiente. Professora do IDP/Brasília.

Karina Ramos Travaglia

Auditora de Controle Externo e Secretária de Governança do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Katrina Narguis

Especialista em Gestão Pública, com relevante experiência em cooperação internacional e governança global. Atuou na Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) entre 2017 e 2023, como analista de negócios e coordenadora de comunicação dos impactos de projetos regionais voltados ao fortalecimento do controle externo na governança ambiental e no combate à corrupção. Atualmente, exerce a função de Analista de Cooperação Internacional no Tribunal de Contas da União (TCU), atuando em projetos estratégicos na Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações.

Laize Basílio de Melo

Especialista em Direitos Humanos. Atuou como assessora jurídica na ONG Gene Campaign – Nova Déli, Índia. Servidora Pública no MP/SP.

Leandro Luis dos Santos Dall'Olio

Especialista em Administração e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduando em ESG e Impacto pela Trevisan Escola de Negócios. Auditor de Controle Externo integrante da Diretoria de Coordenação Estratégica (DCE) e Coordenador do Observatório

do Futuro, ambos no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP). Palestrante, professor e conteadista da Escola Paulista de Contas Públicas Presidente Washington Luís (EPCP).

Lorhan Henrique Kavrovkov Vieira Costa

Graduado em Administração. Especialista em Perícia e Auditoria Ambiental. Mestrando em Gestão e Políticas Públicas (FGV-EAESP/IRB-TCs). Auditor de Controle Externo (TCE/SP).

Marcelo Cheli de Lima

Mestrando em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Direito e Economia pela Unicamp. Advogado do Senado Federal. Advogado na Cheli Advocacia. Presidente da Comissão de Direito Financeiro da OAB/SP, subseção de Sumaré/SP.

Marcos Antônio Rocha Santos

Auditor de Controle Externo I do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Bacharel em Direito. Especialização em Direito Administrativo e Constitucional. Mestrando em Administração Pública pelo PROFIAP/UFS.

Marcos Estevan Del Prette

Sociólogo pela USP. Mestre em Sociologia Política pela Unicamp. Doutor em Geografia pela USP e Pós-Doutor pela UnB. É servidor público federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da classe especial IV. Trabalha com gestão ambiental e instrumentos de política ambiental há 40 anos. Trabalhou em planos, programas e projetos do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Integração Nacional e do Ibama, bem como em projetos ambientais e habitacionais do Estado de São Paulo e em estudos de inserção regional de grandes empreendimentos de infraestrutura em todas as regiões do Brasil. Atualmente, trabalha na Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, desenvolvendo atividades de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos.

Marília do Socorro da Cunha Lima

Graduada em Direito pela Universidade Potiguar (UnP). Graduada em Odontologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestranda em Uso Sustentável dos Recursos Naturais pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Atualmente é Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), atuando na Coordenadoria Sustentabilidade.

Mateus Soares Galindo

Auditor Fiscal de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina desde abril de 2023. Graduado em Economia e Contabilidade, é especialista em Gestão Tributária e Auditoria no Setor Público, além de Gestão Pública. Atualmente, cursa Direito e Administração.

Pedro Ribeiro Fagundes

Graduado em Direito (UFRN). Mestre em Direito (UFRN). Mestrando em Gestão e Políticas Públicas (FGV EAESP IRB-TCs). Auditor de Controle Externo (TCE/SP).

Rafael Acatauassú Ferreira

Mestre em Gestão Pública pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atuou na Universidade Federal do Pará e no Ministério Público Federal no Amapá. Atualmente, é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Raimir Holanda Filho

Pós-Doutor em Ciência da Computação na Sorbonne University. Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Informática Aplicada da Universidade de Fortaleza (Unifor).

Ramon Araujo Lojudice

Advogado. Bacharel em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pós-Graduando em Licitações e Contratos no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP.

Reinaldo Araújo Gregoldo

Doctorando en Educación en la Universidad de la Empresa, Uruguay. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – *Campus* Morrinhos. Especialista em Educação Ambiental. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília. Geógrafo e Administrador. Trabalhou no Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de 2009 a 2016, como Pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus* São Sebastião, de 2016 a 2022, e como Professor de educação básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal de 2020 a 2023. Atualmente, é Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Renata Almeida Tessaro

Graduada em Ciências Biológicas – Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Acre. Pós-Graduada em Docência em Cursos Técnicos Profissionais de Saúde pela Fiocruz. Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), com atuação na área ambiental.

Renata do Nascimento Martins

Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade de Fortaleza – Unifor. Atualmente é Técnica da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Estado do Ceará.

Ricardo Jorge Veras Beltrão

Pós-Graduado em Planejamento e Gestão Organizacional (FCAP/UPE – 1997). Bacharel em Ciência da Computação (UFPE – 1995). Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Chefe da Gerência de Infraestrutura de TI (GITI).

Ronald Polanco Ribeiro

Graduado em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre, com intercâmbio na Comissão Econômica para a América Latina – Cepal. MBA Executivo em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas. Assessor Técnico do Conselho Nacional dos Seringueiros do Acre e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri com atuação na gestão da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX. Foi Deputado Estadual do Estado do Acre por 10 anos, atualmente é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre e coordena o Grupo Técnico em Meio Ambiente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, estabelecido com objetivo de fomentar a atuação coordenada do Sistema Tribunais de Contas em temas estratégicos e de alto impacto econômico, ambiental e social. Participa de debates técnicos especializados nas áreas de economia, desenvolvimento e meio ambiente em eventos nacionais e internacionais.

Rosângela Sarmiento Silva

Professora Doutora do Departamento de Administração da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Coordenadora do Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP – UFS.

Talita Corrêa do Nascimento

Graduada em Administração (UMESP). Pós-Graduada em Gestão e Políticas Públicas (FGV EAESP IRB-TCs). Chefe Técnica da Fiscalização (TCE/SP).

Vilma Maria Freire dos Anjos

Mestranda em Políticas Públicas, atualmente ocupa o cargo de Secretária da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Estado do Ceará.

Vinicius Silva

Bacharel em Direito pela Faculdade Dom Alberto – FDA de Santa Cruz do Sul/RS. Conselheiro da OAB Subseção Sobradinho (2022-2025). Cientista Social – Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pós-Graduado *lato sensu* em Advocacia Cível, pelo Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul – FMP. Integrante do Grupo de Estudos Código de Processo Civil 2022 – Escola Superior de Advocacia. Pós-Graduando em Conciliação e Mediação de Conflitos – Centro de Mediadores. Pós-Graduando em Constelação Sistêmica Integrativa e Direito Sistêmico Integrativo – Centro de Mediadores. Discente de Especialização em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações – UFSM. Discente do curso Técnico em Fruticultura do Colégio Politécnico da UFSM. Grupo de Estudos Direito Previdenciário – Escola Superior de Advocacia da OAB/RS-ESA (2021/2022). Ex-Acadêmico do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Especialista em Direito Constitucional, Direito de Família e Direito do Previdenciário. Pós-Graduando em Direito do Consumidor, Direito Processual Civil, Direito do Trabalho, Direito Penal, Direito Administrativo e Direitos Humanos e Questões Étnico-Sociais. Especialista em Educação – Especialização Espaços e Possibilidades para Educação Continuada (IFSul). *E-mail*: viniciusdsp@hotmail.com.